

**ANEXO 1****CONDIÇÕES COMERCIAIS E PROCEDIMENTOS DE FATURAMENTO, COBRANÇA E CONTESTAÇÕES ENTRE AS PARTES****1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. O presente Anexo 1 do Contrato de Compartilhamento de Uso de Rede para Prestação do Serviço Móvel Pessoal por Meio de Rede Virtual entre a **CLARO** e a **MVNO AUTORIZADA** apresenta a estrutura básica proposta pela **CLARO** para a definição dos valores a serem praticados para o Compartilhamento da Rede da **CLARO** para exploração do RV-SMP pela **MVNO AUTORIZADA**, considerando as características e volumetrias a serem apresentadas pela **MVNO AUTORIZADA**, bem como as responsabilidades que vierem a ser assumidas por cada uma das Partes para a consecução do Contrato.

**2. SERVIÇO DE CONFIGURAÇÃO DE REDE E SISTEMAS DE TI (“Setup Fee”)**

- 2.1. Tomando como base a “Matriz de Responsabilidades” a ser estabelecida pelas Partes durante o processo de negociação, bem como outras informações e esclarecimentos que venham a surgir durante tal processo, a **CLARO** apresentará o valor a ser pago pela **MVNO AUTORIZADA** à **CLARO**, a título de Serviço de Configuração de Rede e Sistemas de TI, a fim de remunerar as atividades envolvidas no desenvolvimento e integração dos sistemas de Tecnologia da Informação (TI) e de elementos de rede com a finalidade de viabilizar a prestação do SMP por meio de Rede Virtual –RV-SMP pela **MVNO AUTORIZADA**, de acordo com o objeto do Contrato. O pagamento do *Setup Fee* obedecerá o cronograma apresentado na Tabela I abaixo.

**Tabela I – Cronograma de pagamento do Setup Fee**

<b>Valor da Parcela</b>	<b>% SETUP FEE</b>	<b>Data de vencimento</b>
R\$ x.xxx.000,00 (xxx milhões de Reais)	50%	2 (dois) dias úteis após a data da assinatura do Contrato de Compartilhamento
R\$ x.xxx.000,00 (xxx milhões de Reais)	50%	2 (dois) dias úteis após Ato de outorga da Autorização para exploração de SMP por meio de rede virtual pela ANATEL à <b>AUTORIZADA RV-SMP</b>

- 2.1.1. Na hipótese de atraso no pagamento de qualquer parcela do *Setup Fee* por prazo superior a 15 (quinze) dias do seu vencimento, as Partes reconhecem que poderá haver impacto no cronograma de desenvolvimento e entrega da solução técnica, razão pela qual o mesmo deverá ser revisto. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso no pagamento de qualquer a primeira parcela do *Setup Fee* pela **MVNO AUTORIZADA**,

a critério exclusivo da **CLARO**, poderá o presente Contrato ser extinto, sendo que, neste caso:

- (i) se o atraso for referente à primeira parcela, não será imputada à **MVNO AUTORIZADA** qualquer penalidade, também não havendo qualquer direito a reclamar a seu favor;
- (ii) se o atraso for referente à segunda parcela, não haverá devolução do valor da primeira parcela paga pela **MVNO AUTORIZADA** à **CLARO**.
- (iii) Em qualquer das duas hipóteses acima, a **CLARO** comunicará à ANATEL, quando houver a rescisão do Contrato por motivo de inadimplência da **MVNO AUTORIZADA**.

- 2.1.2. Sempre que, por solicitação pela **MVNO AUTORIZADA**, houver alteração do escopo do Projeto de Compartilhamento de Rede, demandando novos recursos e/ou configurações na rede da **CLARO** e/ou sistemas de suporte (TI), a **CLARO** poderá exigir o pagamento de novos valores de *Setup Fee* referentes a tais alterações.
- 2.1.3. Sobre os valores estabelecidos na Tabela I acima serão acrescidos os tributos incidentes, observadas as disposições da legislação em vigor.
- 2.1.4. O valor do *Setup Fee* estabelecido acima, refere-se ao atendimento de todos os Grupos de Estados mencionadas no Quadro I do item 4.1 abaixo e não poderá ser fragmentado.
- 2.1.5. Na hipótese do não pagamento do *Setup Fee* nos prazos acordados acima, a **MVNO AUTORIZADA** estará sujeita às penalidades previstas na Cláusula Oitava – Penalidades – do Contrato.
- 2.1.6. As Partes se comprometem a negociar de comum acordo (i) quaisquer eventuais custos que sejam necessários para o desenvolvimento de sistemas de Tecnologia da Informação (TI) e de Engenharia da **CLARO** que viabilizem o compartilhamento da Rede da **CLARO** como rede de suporte à <<EMPRESA>> na qualidade de **AUTORIZADA DE RV\_SMP**, que comprovadamente não tenham sido remunerados pela <<EMPRESA>> no *Setup Fee* – indicado no item 2.1 acima; (ii) qualquer necessidade de modificação e/ou alteração do previsto no Apêndice A – Projeto Técnico de Compartilhamento de Rede ao Anexo 2 – Condições Técnicas – deste Contrato de Compartilhamento, da execução das atividades para realizar a prestação de SMP por meio de rede virtual e/ou para a obtenção da Autorização junto a ANATEL. Assim nenhum valor adicional poderá ser cobrado da **MVNO AUTORIZADA** sem sua prévia e expressa aprovação, restando certo que as implementações que se fizerem necessárias e não estiverem previstas no referido apêndice, conforme o caso, somente serão executadas após formalizada a mencionada aprovação.

### 3. PREÇOS E CRITÉRIOS DE TARIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 3.1. Preços por faixa de volume de tráfego:

Nesta modalidade de contratação, a **MVNO AUTORIZADA** não assume qualquer compromisso de garantia de volumes mínimos de tráfego para os serviços de Voz, SMS, Dados Banda Larga e M2M, sendo aplicada uma tabela progressiva de desconto no preço unitário com base no volume de tráfego.

<<As faixas de volume de tráfego e respectivos preços serão definidos após avaliação pela **CLARO** da volumetria apresentadas pela **MVNO AUTORIZADA**, conforme QUADRO I do Anexo II da Oferta para Compartilhamento de Rede da Claro para Autorizada RV-SMP, bem como de eventuais especificidades que venham a ser exigidas pela **MVNO AUTORIZADA** em função das características dos serviços a serem por ela prestados aos seus usuários.>>

##### 3.1.1. Dos critérios para apuração do valor do compartilhamento de rede - serviço de Dados Banda Larga e M2M:

Por se tratar de uma tabela progressiva de desconto com base no consumo, a tarifação se dará da seguinte forma, observado o disposto no item abaixo: (i) obtém-se o volume de tráfego cursado na Rede da CLARO referente ao Contrato de Compartilhamento com a **MVNO AUTORIZADA** no período mensal; (ii) identifica-se a faixa de volume atingida; (iii) aplica-se ao volume atingido a respectiva faixa de preço equivalente, sendo o valor final a pagar o resultado do produto do volume pelo preço da respectiva faixa de volume atingida.

3.1.1.1. Para os fins de apuração do volume consumido em cada mês e dos valores devidos à **CLARO**, será observado que:

- i. o volume consumido por cada sessão de conexão de dados, realizada para cada IMSI, será medido em bytes e contabilizado em MBytes;
- ii. será apurado o volume de dados efetivamente consumido por terminal, sendo vedado à **CLARO** o arredondamento do tráfego individual de cada terminal;
- iii. para efeito do enquadramento nas faixas de volumes, o volume total do tráfego cursado em um determinado mês, pelo conjunto de terminais da **MVNO AUTORIZADA**, será arredondado (a) para a quantidade de MB (mega bytes) imediatamente superior ao volume total calculado, caso o volume excedente seja igual ou superior a 0,5 MBytes; ou (b) para a quantidade de MBytes inferior ao volume total calculado, caso o volume excedente seja inferior a 0,5 MBytes;
- iv. somente será permitido o arredondamento do volume total do tráfego cursado em cada mês, observado o disposto na alínea “iii” acima.

##### 3.1.2. Dos critérios para apuração do valor do compartilhamento de rede - serviço de voz:

3.1.1.2. Será cobrado o tráfego referente a a qualquer tipo de chamada, sejam estas faturáveis ou não pela **MVNO AUTORIZADA** aos usuários, inclusive

chamadas de longa distância com qualquer CSP, chamadas a códigos não geográficos, etc.

- 3.1.1.3. A regra de granularidade de cobrança de chamadas obedecerá aos sistemas existentes para quaisquer chamadas, sendo elas faturáveis ou não, excluindo-se apenas as chamadas não completadas.
- 3.1.1.4. Chamadas com duração inferior ou igual a 3 (três) segundos serão arredondadas para 6 (seis) segundos;
- 3.1.1.5. Chamadas superiores a 3 (três) segundos serão arredondadas subsequentemente em múltiplos a cada 6 (seis) segundos.
- 3.1.1.6. Não será cobrado da **MVNO AUTORIZADA** o tempo de estabelecimento da chamada nem as chamadas não completadas.
- 3.1.1.7. As chamadas encaminhadas para a plataforma de correio de voz serão cobradas como chamadas normais.

### 3.1.3. Dos critérios para apuração do valor do compartilhamento de rede - serviço de SMS:

Será apurado o volume total de mensagens curtas (SMS) cursadas na rede da **CLARO**, tendo como origem e/ou destino Clientes de RV-SMP da **MVNO AUTORIZADA**, independentemente de confirmação de entrega aos destinos, seja na rede da **CLARO** (mensagens destinadas aos Clientes de RV-SMP) seja na rede de terceiros (mensagens originadas pelos Clientes de RV-SMP).

### 3.2. Do valor para expansão do compartilhamento da rede da claro para novas áreas de registro – (serviços de voz, SMS e dados):

Será cobrado pela **CLARO** pela execução de atividades e configurações necessárias para a expansão do compartilhamento da Rede da **CLARO**, como rede de suporte à **MVNO AUTORIZADA**, para os serviços de Voz, SMS e Dados, o valor de **R\$ xxx.000,00 (valor por extenso)**, ao qual serão acrescidos os tributos incidentes, observadas as disposições da legislação em vigor. Entende-se como Expansão do Compartilhamento de Rede da Claro, a liberação da rede fora dos **CN xx, yy, etc.** ativados inicialmente.

- 3.2.1. O valor acima, representa um pacote e contempla a configuração para todas as modalidades (Voz, SMS e Dados) de até 5 áreas de registro (“CNs”) a serem definidas pela **MVNO AUTORIZADA** e informados no momento de cada pedido. Para solicitações acima de 5 CNs será cobrado sempre múltiplos inteiros do valor estabelecido acima.
- 3.2.2. O valor previsto no item 3.2 acima, referente a cada pedido de expansão do compartilhamento para 5 novos CNs, será pago da seguinte forma:
  - (i) 50% (cinquenta por cento) do valor, em 2 (dois) dias úteis contados da solicitação de expansão e
  - (ii) 50% (cinquenta por cento) do valor, em 2 (dois) dias úteis contados da aceitação da solução pela **MVNO AUTORIZADA**.

3.2.3. A **CLARO** terá 90 (noventa) dias para entrega da solução a partir da realização do pagamento da primeira parcela, nos termos do item 3.3.2 acima.

3.2.4. Acordam as Partes, para os fins deste item 3.2, que os **CN xx, yy, etc** encontram-se incluído no custo do *Setup Fee*, nos termos da Tabela II, do item 2.1 acima.

### 3.3. Preços para Compromisso Financeiro Mensal:

Nesta modalidade de contratação, a **MVNO AUTORIZADA** assumirá o compromisso de garantia de receita à **CLARO**, a partir de valores mínimos a serem definidos de comum acordo entre as Partes.

## 4. DOS COMPROMISSOS DE UTILIZAÇÃO DO COMPARTILHAMENTO DE REDE:

### 4.1. Compromisso de permanência e não concomitância de redes:

Em razão do acordo comercial entabulado com a **CLARO**, a partir da primeira habilitação comercial de um Cliente de RV-SMP da **MVNO AUTORIZADA**, em qualquer um dos Grupos de estados indicado no Quadro I abaixo, realizada pela **MVNO AUTORIZADA**, a **MVNO AUTORIZADA** obriga-se a utilizar a Rede da **CLARO**, nos termos do Contrato de Compartilhamento, em caráter de exclusividade, ou seja, sem a utilização concomitante da Rede da **CLARO** com a de outra Prestadora Origem de SMP, no respectivo Grupo.

Quadro I – Grupos de estados

Grupos	Região	Estados
Grupo 1	Norte	Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins
Grupo 2	Nordeste	Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe
Grupo 3	Centro-Oeste	Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal
Grupo 4	Sudeste	Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro
Grupo 5	Sul	Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina

4.1.1. Para a prestação do SMP nos estados dos Grupos 3, 4 e 5, delimitados Quadro acima, a **MVNO AUTORIZADA** obriga-se a utilizar e permanecer na Rede da **CLARO** por, no mínimo, 2 (dois) anos contados a partir da primeira habilitação comercial.

4.1.2. Em que pese a obrigação de exclusividade prevista no item 4.1.1 acima, no que se refere aos Grupos 1 e 2, a **MVNO AUTORIZADA** não terá qualquer obrigação de permanência mínima na Rede da **CLARO**.

4.1.3. A qualquer tempo para os Grupos 1 e 2 e após o período indicado no item 4.1.1 para os Grupos 3, 4 e 5, a **MVNO AUTORIZADA**, quando optar pela não utilização da

Rede da **CLARO**, poderá utilizar a rede de qualquer outra operadora de sua livre escolha.

- 4.1.4. Acordam as Partes que a MVNO AUTORIZADA poderá se utilizar de meios próprios ou de terceiros para cobrir municípios onde a CLARO não possua condições técnicas e operacionais de atender com a Rede da CLARO em quaisquer dos estados indicados no Quadro I acima, após comum acordo técnico com a CLARO, sem que haja descumprimento das obrigações previstas no item 4.1 e subitens.
- 4.1.5. Na hipótese de descumprimento da obrigação de permanência indicada no item 4.1.1, a MVNO AUTORIZADA pagará à CLARO uma multa compensatória no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da taxa total líquida do *Setup Fee*, para cada Grupo onde ocorrer o descumprimento.
- 4.1.6. Na hipótese de descumprimento da obrigação de exclusividade prevista no item 4.1, a MVNO AUTORIZADA pagará à CLARO, por evento, uma multa compensatória no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da taxa total líquida do *Setup Fee*, para cada Grupo onde ocorrer o descumprimento.

## 5. PROCESSOS DE FATURAMENTO, COBRANÇA E CONTESTAÇÕES ENTRE AS PARTES

### 5.1. Apuração e Apresentação do DETRAFM:

- 5.1.1. Até o 5º dia útil de cada mês, a **CLARO** deverá emitir e apresentar mensalmente, à **MVNO AUTORIZADA**, por meio eletrônico ao destinatário e endereços por ela designados, o DETRAFM relativo ao tráfego de Voz, SMS e Dados.
- 5.1.2. As Partes acordam que o DETRAFM poderá incluir o tráfego de Voz, SMS e Dados, bem como os eventuais serviços objeto do Contrato de Compartilhamento, no máximo, 3 (três) períodos de tráfego, ou seja, relativas ao tráfego do mês de referência, mais 2 (dois) meses anteriores.
- 5.1.3. O cálculo do DETRAFM será com base nos preços e critérios de tarifação e faturamento dos serviços constantes no Contrato, restando claro que não há qualquer relação das regras de tarifação e faturamento do DETRAFM com as regras praticadas aos usuários e assinantes da **MVNO AUTORIZADA**, previstas no seu respectivo Termo de Autorização, bem como com as regras praticadas na interconexão de redes e acordos de roaming.
- 5.1.4. A apresentação do primeiro DETRAFM poderá ser efetuada pela **CLARO** no prazo de até 90 (noventa) dias após encerrado o primeiro período de referência.
- 5.1.5. Na impossibilidade de apresentação do DETRAFM na data estipulada no item 5.1.1, a **CLARO** deverá apresentar demonstrativo contendo a média dos valores efetivamente apresentados nos últimos 3 (três) meses, devendo as Partes proceder aos ajustes necessários no primeiro período subsequente, considerando o DETRAFM apurado pela **CLARO** com base na efetiva utilização dos serviços pela **MVNO AUTORIZADA**.



## 5.2. Procedimentos de apuração de contestação dos valores referentes ao DETRAFM

- 5.2.1. A **MVNO AUTORIZADA** só poderá contestar os créditos apresentados no DETRAFM, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da sua apresentação.
- 5.2.2. Quando a apresentação da contestação for realizada em até 3(três) dias úteis, dentro do horário comercial, antes da data de vencimento do Documento Fiscal correspondente, a **MVNO AUTORIZADA** deverá efetuar o pagamento da parcela incontroversa até a data de vencimento do respectivo DETRAFM.
- 5.2.3. Quando a apresentação de contestação for feita após o prazo estabelecido no item 5.2.2 acima, a **MVNO AUTORIZADA** deverá efetuar o pagamento integral dos valores incluídos no DETRAFM.
- 5.2.4. A falta de pagamento da **MVNO AUTORIZADA**, de acordo com os critérios definidos nos itens 5.2.2 e 5.3.3 acima, será entendida como inadimplência, sujeita às sanções cabíveis no Contrato.
- 5.2.5. Para as contestações envolvendo importâncias cujas divergências ultrapassem 1% (um por cento) da importância, deverá ser apresentada uma contestação para cada operação (“área de registro”) em que houver divergência, isto é:
- $(A - B) / A > 1\%$  (um por cento), onde:
- A = somatório dos valores apresentados no DETRAFM, por Área de Registro pela **CLARO** versus valores apurados pela **MVNO AUTORIZADA**, para um mesmo período de tráfego, e
- B = somatório dos valores apurados no DETRAFM expectativa gerado pela **MVNO AUTORIZADA** para um mesmo período de tráfego.
- 5.2.6. As chamadas de meses anteriores incluídas no DETRAFM poderão ser objeto de contestação, desde que, o somatório das mesmas ao tráfego do respectivo mês, já apresentado em DETRAFM anteriores, justifique a diferença citada no item 5.2.5. acima.
- 5.2.7. O procedimento para apuração de ocorrência de divergências que levem à contestação do DETRAFM será feito da seguinte forma:
- 5.2.7.1. A **MVNO AUTORIZADA** deverá comunicar à **CLARO**, por escrito, sobre qualquer questionamento referente a valores apresentados por meio de DETRAFM.
- 5.2.7.2. A comunicação referida no item 5.2.7.1 acima deverá conter: (i) o objeto do questionamento e (ii) o período ao qual a contestação se refere. Além destes dados, a comunicação deverá ser acompanhada obrigatoriamente de relatório padronizado de tráfego (“DETRAFM Expectativa”) que sustente a divergência objeto da contestação.

- 5.2.7.3. Recebida a comunicação, as Partes deverão, em 30 (trinta) dias após o seu recebimento, acertar os procedimentos a serem adotados, visando à superação das divergências, privilegiando a utilização de métodos e recursos que reúnam simplicidade e eficácia para a apuração do que for controverso.
- 5.2.7.4. As Partes poderão trocar relatórios discriminando a quantidade de tráfego de Voz, SMS e Dados, por dia, referente às rotas de interligação que justifiquem tais divergências.
- 5.2.7.5. A **CLARO** deverá disponibilizar à **MVNO AUTORIZADA** no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de formalização da contestação do DETRAFM arquivos contendo a totalidade ou apenas os registros (CDRs) envolvidos na contestação, salvo acordo, dos registros do tráfego no período em questão. Os CDRs deverão ser encaminhados em conformidade com o "layout" que vier a definido entre as Partes e anexado ao presente Contrato.
- 5.2.7.6. A partir do recebimento dos dados mencionados nos itens acima, a **MVNO AUTORIZADA** procederá à análise da contestação e deverá apresentar à **CLARO**, no prazo de 20 (vinte) dias, as suas conclusões acompanhadas de uma proposta de liquidação dos valores pendentes em função da controvérsia analisada. Em seguida, a **CLARO** deverá se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, informando se concorda ou discorda da análise apresentada pela **MVNO AUTORIZADA**.
- 5.2.7.6.1. Caso a **MVNO AUTORIZADA** (Parte Contestadora) não encaminhe o laudo de sua análise técnica e respectivas evidências (CDRs criticados) no prazo máximo estipulado no item acima, a contestação será considerada improcedente.
- 5.2.7.7. O prazo para conclusão definitiva do processo de conciliação é de até 90 (noventa) dias a partir da data da formalização da contestação do DETRAFM, podendo, neste período, ocorrerem réplicas e tréplicas das análises efetuadas por cada Parte sobre os laudos da outra Parte. As Partes oportunamente definirão as regras para o processo de Conciliação.
- 5.2.7.7.1. Exceto na hipótese de acordo expresso em contrário, as Partes convencionam que (i) caso o prazo descrito no item 5.2.7.7.acima seja ultrapassado por culpa ou omissão da **MVNO AUTORIZADA**, a contestação será considerada improcedente, e (ii) se por culpa da **CLARO**, a contestação será considerada procedente.
- 5.2.7.8. As Partes confrontarão os resultados de suas análises obtidas por intermédio dos dados disponibilizados em conformidade com as disposições acima e definirão a solução da controvérsia.
- 5.2.7.9. Para ambos os casos descritos nos itens 5.2.2 e 5.2.3 deste documento, a diferença entre o valor efetivamente devido apurado ao final do processo de



contestação e o valor pago, deverá ser objeto de crédito em favor da Parte prejudicada, adicionando-se juros e atualização monetária.

5.2.7.10. O acerto financeiro da controvérsia dar-se-á em até 10 (dez) dias corridos após a solução da controvérsia.

5.2.7.11. Após solucionada a controvérsia, o pagamento de valores devidos apurados não estará vinculado ao envio dos CDRs não utilizados para batimento.

5.2.7.12. Caso não haja solução para a controvérsia até o final do prazo previsto no item 5.2.7.7 acima (ou outro que venha a ser estabelecido de comum acordo), as Partes conjuntamente poderão adotar medidas administrativas ou judiciais cabíveis, salvo acordo expresse entre as Partes, não se aplicando, neste caso, o disposto na Cláusula Décima Terceira do Contrato.

5.2.8. A **MVNO AUTORIZADA** se responsabiliza por toda e qualquer falha em seus processos de bilhetagem, emissão de contas, arrecadação dos respectivos valores; bem como por reclamações, inadimplência ou fraudes praticadas por seus usuários, assumindo o ônus decorrente destes eventos, os quais não poderão ensejar a apresentação de contestações sobre os valores cobrados pela **CLARO**.

### 5.3. Período de referência para emissão do DETRAFM e apresentação do documento fiscal

5.3.1. O período de referência do DETRAFM compreenderá o tráfego de Voz, SMS e Dados efetivamente realizados do primeiro ao último dia do mês, inclusive.

5.3.2. Caso exista tráfego de Voz, SMS e Dados realizados nos 3 (três) meses anteriores ao mês de referência do DETRAFM, os mesmos deverão ser demonstrados, com a identificação do mês em que o tráfego foi realizado, em conformidade com o estabelecido no item 5.1.2 acima.

5.3.3. A apresentação do DETRAFM deverá ocorrer, e ser enviada, por correio eletrônico, pela **CLARO** à **MVNO AUTORIZADA**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês do período de referência, conforme estabelecido no item 5.1.1 deste Anexo. O atraso no envio do DETRAFM gerará a prorrogação do prazo para pagamento do Documento Fiscal, por período idêntico ao do respectivo atraso.

5.3.4. O Documento Fiscal deverá ser apresentado pela **CLARO** em até 3 (três) dias úteis antes da data de vencimento do respectivo DETRAFM.

5.3.5. A data de vencimento do DETRAFM deverá ser o 15º (Decimo Quinto) dia corrido após a data de sua apresentação, ressalvados os casos em que o dia 15 for sábado, domingo ou feriado nacional, hipótese em que a data de vencimento será postergada para o primeiro dia útil subsequente, observando-se, ainda, o disposto no item 5.3.3 acima quanto à apresentação do Documento Fiscal.

- 5.3.6. O não pagamento de quaisquer valores do Documento Fiscal devidos na data de seu respectivo vencimento sujeitará a **MVNO AUTORIZADA**, independente de aviso ou interpelação judicial, às multas e sanções previstas no Contrato.
- 5.3.7. As importâncias que vierem a ser devidas, decorrentes de multas, juros e encargos financeiros, deverão ser objeto de documento de cobrança específico, conforme previsto no Contrato, salvo em caso de acordo expresso entre as Partes.
- 5.3.8. Na hipótese de falta de pagamento pela **MVNO AUTORIZADA**, dos valores devidos pelos serviços objeto deste Contrato, a **CLARO** procederá conforme Contrato.
- 5.3.9. O pagamento deverá ser efetuado pela **MVNO AUTORIZADA** por meio de depósito bancário ou ordem de pagamento, em fundos de disponibilidade imediata, a favor da CLARO S/A, na conta-corrente a ser informada em até 45 dias após assinatura deste Contrato.

#### 5.4. Tributos e Encargos

- 5.4.1. Cada Parte será responsável pela aplicação e pelo recolhimento de todos os tributos e encargos incidentes de competência de cada uma das Partes e relativos ao objeto do Contrato, inclusive os geridos pela Anatel, de acordo com a legislação vigente.
- 5.4.2. Os tributos, taxas e contribuições setoriais e/ou previdenciárias que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do Contrato ou de sua execução são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma em vigor, sem direito a reembolso. Os critérios de destaque e/ou recolhimento dos tributos incidentes sobre os serviços prestados pelas Partes deverão observar os ditames definidos na legislação aplicável.
- 5.4.3. A **MVNO AUTORIZADA** pagará à **CLARO**, mediante apresentação do documento fiscal correspondente, os valores do compartilhamento de rede acrescidos dos tributos incidentes sobre a operação, nos termos da legislação fiscal em vigor, incluindo os valores referentes ao ISS ou ICMS, PIS e a COFINS e demais encargos legais.
- 5.4.4. No caso de alteração da legislação tributária em vigor, inclusive quanto a criação, majoração ou extinção de tributos incidentes, que importem em alteração dos encargos tributários, os respectivos valores serão automaticamente ajustados sem aviso prévio de forma a refletir a referida alteração da legislação.
- 5.4.5. Caso a **CLARO** venha a ser responsabilizada, solidária ou subsidiariamente, pelo pagamento de quaisquer tributos ou multas por descumprimento de obrigações, inclusive tributárias, principais e/ou acessórias decorrentes de responsabilidade da **MVNO AUTORIZADA** e relacionadas ao objeto contratado, a **MVNO AUTORIZADA** se compromete a ressarcir a **CLARO**, em no máximo 5 (cinco) dias após o respectivo pagamento, ou deverá arcar com todos os custos originados da defesa administrativa e judicial.

## 6. SITUAÇÕES ESPECIAIS:

- 6.1. Na hipótese de cobrança de custos adicionais e supervenientes, inclusive demandados por outras operadoras e/ou empresas detentoras de infraestrutura (“Tower Companies”), seja diretamente à **CLARO** ou à **MVNO AUTORIZADA**, fica estabelecido que:
- 6.1.1. Caberá à **MVNO AUTORIZADA** arcar com todos e quaisquer valores adicionais demandados nos termos do item 6.1, supra, para que permaneça com a utilização da infraestrutura passiva sobre a qual a cobrança adicional é realizada; ou
- 6.1.2. Em caso de recusa pela **MVNO AUTORIZADA** quanto ao pagamento de valores adicionais demandados nos termos do item 6.1, supra, acordam as Partes que:
- 6.1.2.1. A **MVNO AUTORIZADA** deixará de utilizar a infraestrutura passiva em questão no prazo de até 1 (um) ano, sendo que durante o período de efetiva utilização deverá arcar com os todos e quaisquer valores adicionais demandados conforme item 6.1;
- 6.1.2.2. A **CLARO** isentará a **MVNO AUTORIZADA** do pagamento de penalidade por descumprimento da obrigação de permanência, prevista no item 4.1.5 acima, em razão de cada ocorrência específica nos termos do item 6.1.2.1; sendo mantida a penalidade nas demais condições previstas no Contrato de Compartilhamento;
- 6.1.3. A ocorrência do previsto no item 6.1.2.1 não isentará a **MVNO AUTORIZADA** quanto a obrigação de exclusividade prevista no item 4.1 supra.